

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **DO LAR PARA A FÁBRICA: A INSERÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE TRABALHO DE UMA VINÍCOLA EM GARIBALDI (1930 a 1966)<sup>1</sup>**

Samanta Trivilin Comiotto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul- IFRS

sami\_trivilin@hotmail.com

Este texto objetiva apresentar brevemente o contexto histórico que permeou a família em um período do século XX em que, devido as mudanças econômicas, a estrutura interna familiar passou por modificações. Com o advento da indústria na cidade de Garibaldi e as dificuldades enfrentadas na propriedade de terra e na vida rural, uma das estratégias familiares adotadas foi a de migrar e inserir-se no trabalho fabril.

Para acompanhar a dinâmica socioeconômica local, os núcleos parentais se adaptaram as novas possibilidades, acarretando modificações internas nos papéis exercidos pelos seus membros até então. Uma destas readaptações de funções se refere as mulheres – nos papéis de mães e filhas – e as formas como suas trajetórias na família ou fora dela foram impactadas por este contexto externo que se remodelava. Diante disto, buscaremos descrever como a fábrica alterou a vida das mulheres camponesas e de que forma, influenciou em sua transformação para mulheres operárias.

Guiados pelo olhar metodológico da micro-história e da história oral, nosso estudo visa compreender como os atores sociais do passado protagonizaram a construção de seus espaços de vivência e convivência por meio de suas ações e de que forma elas influenciaram no contexto temporal e espacial em que estiveram inseridas. Neste sentido, nos aproximamos dos estudos de Giovanni Levi e da história social, quando aponta a importância do olhar micro analítico para compreensão do passado. Buscando conhecer e resgatar trajetórias de vida de indivíduos que de forma ativa participaram e compuseram a trama de relações sociais locais. Conforme Levi,

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de uma pesquisa mais aprofundada que realizei na minha dissertação de mestrado intitulada “A família operária: o processo de industrialização e a inserção da família no espaço industrial em Bento Gonçalves e Garibaldi (1915-1966), defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Microstorie [...], pretende ser a reconstrução dos momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem. (LEVI, 2016, p. 23).

## **A transição campo/propriedade para a cidade/fábrica**

O espaço regional receptor de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, estruturou-se, economicamente, durante o século passado, pela concentração da produção na estrutura fundiária da propriedade de terra familiar. Esta se manteve como unidade produtiva por meio da utilização da mão-de-obra oriunda da própria família.

Com a industrialização na região, essa caracterização econômica, que já perdurava por décadas e que permaneceu, de geração em geração, no interior do espaço organizativo da família, começou a sofrer mudanças. Devido ao fato de a base da economia familiar estar voltada para a produção na pequena propriedade de terra, com o passar do tempo, ocorreu o esgotamento do solo e a decorrente escassez de produção e de mantimentos para o sustento dos membros da família. Essa situação da diminuição produtiva do solo no lote familiar foi agravada pela pulverização das propriedades, após a segunda ou terceira geração, com o seu fracionamento entre os filhos. Devido ao sério problema da falta de terras para as novas gerações, desencadeou-se a migração para regiões urbanas bem como, a opção de inserção no trabalho industrial assalariado. Segundo a análise de Herédia, “os operários eram colonos imigrantes ou filhos de colonos imigrantes, compelidos a procurar emprego fora da agricultura”. (1997, p. 165). A procura de emprego fora da propriedade doméstica e familiar tornou-se, para esses colonos, uma solução econômica viável para que as dificuldades e os problemas enfrentados para a produção do sustento fossem amenizados. Decorrente dessa realidade, os trabalhadores rurais foram motivados a se integrar às atividades assalariadas oferecidas pelas fábricas ou a migrar para as cidades, como garantia diante das oscilações do trabalho agrícola, por perdas das safras, devido a variações climáticas e a intempéries.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em geral, as famílias rurais eram numerosas e ofereciam uma abundante força de trabalho para as indústrias da região. E, para os colonos, havendo alguns membros da família na indústria, existia a possibilidade de manter a pequena propriedade agrícola e a subsistência do seu grupo familiar. Nesta concepção de trabalho e da família como núcleo produtivo, a força da mão-de-obra se torna de extrema importância, como destaca Durhan: “é por isso que a família só se realiza plenamente como unidade social através da prole numerosa, sem a qual é impossível manter mesmo os padrões mínimos de conforto, tal como são definidos tradicionalmente”. (1973, p.66).

Apesar dos baixos salários pagos pela indústria, esse tipo de trabalho garantia a preservação do lote de terra, a sua manutenção e também contribuía para o sustento de todos os membros de sua família. Herédia descreve as mudanças nas funções e nos papéis exercidos por seus membros, as quais a família teve que se adequar a partir de sua inserção no espaço industrial. Para a autora,

os mais idosos cuidavam da roça e os demais auxiliavam na lavoura nas horas livres. O chefe de família, além de trabalhador direto, era o organizador e dirigente do processo produtivo doméstico e era a ponte para o emprego dos filhos na fábrica. Todos trabalhavam na fábrica e também na roça. (HERÉDIA, 1997, p. 166).

Nesse contexto, a produção colonial servia para a subsistência familiar e os salários serviam para complementar as necessidades de consumo do grupo. Já que, a criação de animais em casa e o cultivo de hortas e pequenas plantações auxiliavam no equilíbrio do orçamento familiar, como incrementos substanciais na alimentação da família operária.

A concepção que o colono fazia do trabalho, tanto rural como industrial, não era considerada como uma sobrecarga, mas, sim, como uma forma necessária de manter o padrão mínimo de vida merecido. Mesmo após ingressar no trabalho fabril, o que acarretava funções dobradas de labor diário, os colonos- operários não o viam como uma tarefa de árdua e pesada realização, pelo contrário; Perrot afirma que,

a família constitui uma empresa, a casa forma um espaço de trabalho, e os respectivos papéis dos pais e dos filhos, dos jovens e dos velhos, dos homens e das mulheres são rigorosamente estabelecidos numa complementaridade”. (PERROT, 1991, p.108).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Para os primeiros operários da vinícola A.P.<sup>2</sup>, a dupla condição de trabalho, tanto na propriedade de terra quanto na indústria, impôs-se como estratégia de reprodução da unidade familiar doméstica camponesa e a diferenciação entre os colonos- proletários e os camponeses encontrava-se mais em nível de ocupação do que em relação aos aspectos de organização do trabalho nas colônias ou mesmo nas relações sociais que se estabeleceram.

O estudo da formação da força de trabalho possibilitou compreender a origem agrícola desses operários. Em um resgate espaço temporal, os primeiros habitantes de Garibaldi, por exemplo, eram provenientes das regiões do Tirol e do Vêneto. Logo, na primeira e segunda geração, o operariado da vinícola era oriundo da zona agrícola e das capelas e dos distritos próximos. Com o decorrer do tempo, os colonos-operários da A.P. recomendavam parentes e conhecidos de outras regiões agrícolas ao proprietário, fazendo com que a cidade crescesse e o contingente de trabalhadores da vinícola aumentasse, mantendo-se apoiado em relações sociais e parentais que compunham sua força de trabalho. Já as gerações seguintes, formadas pelos filhos e netos desses colonos-operários que nasceram na cidade de Garibaldi possuem, presentes em sua cultura familiar, o trabalho industrial como fonte primeira de renda e de sustento para sua família.

Segundo dados que trazem os registros documentais de contratação dos operários, a força de trabalho da vinícola A.P. é oriunda, em sua maioria, de regiões interioranas do Estado, localizadas não muito distantes da cidade de Garibaldi e que se caracterizam por uma economia baseada na agricultura familiar. Contudo, há também, mesmo que em um menor contingente, a presença de trabalhadores de cidades mais distantes. É desse contexto que parte o contingente populacional que forma a mão-de-obra a ser utilizada por essa indústria, a partir da década de 1930, momento em que a vinícola passa por um acentuado crescimento econômico em sua produção. Entretanto, cabe lembrar que, apesar de a fábrica se constituir em uma das principais indústrias da cidade e da região nesse período, e por motivar a vinda de maiores grupos de trabalhadores para concorrer pelas

---

<sup>2</sup> Sigla que optamos por utilizar em referência a Vinícola Armando Peterlongo, localizada na cidade de Garibaldi, no Rio Grande do Sul. Seu arquivo particular constitui-se como fonte de pesquisa para este estudo.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vagas de empregos disponibilizados, muitos dos anteriores colonos e agricultores da própria cidade, de localidades e distritos próximos formam essa força de trabalho.

Esse período de transição do trabalho agrícola na pequena propriedade de terra familiar para a inserção no espaço industrial não modifica apenas o setor econômico, mas a sociedade como um todo. Pois os agricultores, acostumados a serem os proprietários de seu lote de terra e a gerenciarem o sustento de sua família, por meio de sua efetiva participação nas etapas da produção, viram-se, com a indústria, em uma situação que os obrigara a se desligarem, mesmo que aos poucos, de toda essa realidade que o cercava.

Ao perderem o controle de sua produção e ao se desligarem do papel de proprietário para assumirem o de operário de uma indústria, os trabalhadores assumem também um novo modo de vida. Como analisa Machado,

viram-se obrigados ao cumprimento de regras e normas disciplinares muito rígidas, impostas pelo dono da fábrica, que passou a ser o dono dos meios de produção. As fábricas transformaram-se em territórios fechados, com seus regulamentos e seus guardiães. (MACHADO, 1998, p. 94).

Essa mudança, dentre todas as que ocorreram, parece ser a que mais afetou o trabalhador em sua estrutura de vida familiar. Pois, a tomada de decisão de deixar o trabalho em sua propriedade de terra tocou não apenas ao pai, entendido como chefe da família, mas também nos demais membros que viviam sob uma posição de submissão ao relacionamento paternalista que caracterizava estas famílias camponesas neste momento. Especialmente, no que se refere aos papéis e funções que cada um exercia nesta família. Como por exemplo, o das mulheres que estavam acostumadas a função de auxiliadora no espaço doméstico e que viram suas trajetórias sendo, paulatinamente, readaptadas em função das novas estratégias adotadas por suas famílias para a garantia do sustento e de uma possível melhoria em suas condições de vida.

## **A mulher operária**

A mulher marcou sua presença na vida economicamente ativa da cidade de Garibaldi, desde o início de sua formação. Por meio de sua saída do espaço doméstico, foi trabalhar nas primeiras oficinas familiares, ao lado do marido, do pai ou de seus filhos,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nas primeiras manufaturas e artesanatos e mesmo nas atividades domésticas de produção no lote de terra da família, na função de auxiliadora das atividades diárias.

Com o passar do tempo, a propriedade de terra familiar começou a se tornar pequena para a produção que se fazia necessária para a subsistência de todos os membros da família. Dessa forma, a mulher se viu na obrigação de se inserir no mercado de trabalho oportunizado pela indústria que se estruturava, tendo que se dividir entre os afazeres domésticos e as novas funções exercidas no espaço industrial.

Como assalariada, a mulher operária entrou na fábrica com os primeiros trabalhadores, para vender a sua força de trabalho em troca de poucos salários. Mas era essa remuneração mensal que a auxiliava a aumentar a renda familiar e garantir condições mínimas de provimento dos elementos básicos para o sustento de sua família. Como destaca Machado, “marcou a sua presença anonimamente, cabisbaixa e silenciosa, numa rotina de anos, ajudando a construir a riqueza da cidade, ao lado dos trabalhadores do sexo masculino e dos empresários, donos do capital”. (1998, p. 111). Mesmo se igualando aos homens trabalhadores, ocupando funções no mercado industrial como força de trabalho, as mulheres ainda se mantinham na condição de auxiliaadoras da figura masculina, exercendo funções, em sua maioria, nos setores de produção e sendo remuneradas de forma bastante desigual, como se percebe ao comparar seu salário com o recebido pelos homens.

Maria Abel Machado (1998), em sua análise sobre as mulheres da cidade de Caxias do Sul nas primeiras décadas do século XX, mostra como foram recebidas essas mudanças na sociedade, protagonizadas pelo sexo feminino em suas funções familiares e sociais. Segundo a autora,

trabalhavam, cuidavam de seus afazeres domésticos, criavam os filhos, participavam das orações da Igreja, mas deviam permanecer confinadas no espaço doméstico, como era exigido pela ordem geral, comandada por uma sociedade de lideranças masculinas. No entanto, a mulher saiu de casa, precisou trabalhar para se manter e para ajudar a família e, ao deixar o espaço doméstico, buscou um novo espaço num mundo que até então era privilégio dos homens. As reações foram fortes, foram criticadas de forma agressiva e até desabonatória. (MACHADO, p.85 e 86).

Essa discriminação enfrentada pela mão-de-obra feminina no interior das fábricas era considerada como um fato natural pela sociedade do século XX. A mulher

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representava uma força de trabalho frágil e menos exigente que o homem; embora, sua participação nesse setor estivesse ligada a ocupação de cargos e tarefas, por vezes ocupados e efetivados por homens, mesmo que ainda não estivesse inserida em setores mais administrativos da indústria. Como afirma Lazzarotto,

no entanto, apesar de sua fragilidade, ou graças a ela, ela passou a substituir o homem em muitas atividades por ser uma mão-de-obra barata, que se adapta facilmente a tarefas mais minuciosas e que exigem mais concentração de detalhamento. O momento do seu aparecimento coincide com a maquinaria e tecnologia mais sofisticada, quando a força bruta pode ser dispensável. (LAZZAROTTO, 1981, p.111).

A partir da década de 1930, momento em que se iniciam as contratações de operários para o trabalho na vinícola A.P., percebeu-se que, a cada ano, o número de admissões de mulheres aumentou, demonstrando sua participação ativa no processo industrial como um todo. O contexto do operariado da vinícola foi representado, de 1930 a 1966, por 465 trabalhadores. Dentre esse número total, a divisão entre os sexos, é de 303 homens e 162 mulheres. Dentre as mulheres, um aspecto em especial chamou a atenção, a presença de moças entre a primeira faixa etária, de 13 a 15 anos.

A admissão da mulher se deu em maiores proporções à medida que foi ocorrendo o crescimento da produção e das vendas de bebidas da fábrica e também foi se instaurando o processo de mecanização da produção. A partir da década de 1940, iniciaram as atividades de exportação na vinícola e o proprietário precisou contratar um maior número de trabalhadores para dar conta de toda a produção. Dessa forma, como as mulheres trabalhavam, em sua maioria, no setor de rotulagem e “dégorgement” dos champanhas, sua contratação foi inevitável. Como fala uma ex-operária, “...a mulher não fazia serviço pesado, por exemplo carregar uma caixa, fazer coisa pesada assim. Mas coisas leves era tudo nós. A rotulagem não ia quase homem na rotulagem. Era só mulher. No “dégorgement” que iam os homens só pra abrir o champanha. O resto era tudo mulher e ali não era homem que trabalhava....”. Dentre as atividades exercidas pelas mulheres na vinícola, estão: secretária, tarefeira, operária-servente, almoxarife e enóloga.

Entretanto, a mulher não era apenas contratada para exercer as funções internas da vinícola. Como a A.P. possuía vinhedos próprios, muitas delas também trabalhavam nos parreirais próximos às instalações da fábrica. Monitoradas diariamente por um ‘capataz geral’ da vinícola, as mulheres eram admitidas nos períodos de colheita da safra

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da uva, nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano. De acordo com seu rendimento no trabalho e da necessidade de mão-de-obra da indústria, havia a possibilidade de continuarem no emprego, exercendo funções no interior da vinícola.

Apesar de serem registradas como funcionárias, não aparecem nos documentos de registros como mão-de-obra externa da indústria e sim misturadas com as outras operárias na função de ‘operária-servente’, o que dificultou a sua quantificação e análise mais detalhada como trabalhadoras do espaço externo e agrícola.

Outro ponto importante a ser destacado quanto à mão-de-obra feminina da A.P., é o salário. Segundo Lazzarotto, “o salário mensal é o melhor elemento para análise da situação da mulher na empresa capitalista contemporânea, o que melhor traz o desprezo ou a valorização do seu setor”. (1981, p.117). Para o autor, a questão salarial reflete a real situação vivida pelos trabalhadores no interior da indústria, na primeira metade do século XX.

Até o ano de 1943, quando passou a vigorar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) durante o primeiro governo de Getúlio Vargas na presidência do Brasil, muitos direitos, que antes tinham variações de acordo com interesses de cada indústria, passaram a ser concedidos aos trabalhadores a partir da instauração dessas leis. Um dessas práticas se refere à questão salarial. Para Maria Abel Machado, em seu estudo sobre as mulheres operárias da cidade de Caxias do Sul na primeira metade do século XX,

ocupando as posições mais baixas na escala de tarefas dentro da fábrica, recebiam também salários inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino. Na eventualidade de executarem as mesmas tarefas, os salários continuavam desiguais”. (MACHADO, 1998, p. 140).

Essa realidade, proporcionada pela indústria capitalista vigente no século passado nessa região nordeste do Rio Grande do Sul, não se diferencia das práticas industriais dos grandes centros do país, como destaca Maria Valéria J. Pena:

o que convém ressaltar é que, desde o início do processo fabril no Brasil, as mulheres, mesmo quando desincumbiam-se de tarefas semelhantes àquelas desempenhadas pelos elementos masculinos, recebiam salários menores...pagava-se-lhes salários mais baixos na suposição patriarcal de que parte de seus custos de reprodução estariam cobertos pelos dos homens. (PENA, 1981, p. 109).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No caso das trabalhadoras da vinícola A.P., acontecia exatamente o mesmo. Os salários menores eram pagos para as mulheres, elemento que reforça a desvalorização da força de trabalho feminina com relação a masculina em um mesmo espaço produtivo.

Os primeiros registros de admissão encontrados referentes à mão-de-obra feminina na vinícola, datam do ano de 1929, pelas operárias C.B, de 15 anos de idade, admitida em 05 de agosto de 1929 e sua prima M.B, com 14 anos, contratada em 16 de setembro de 1929. Elas exerciam a função de ‘operária-servente’, trabalhando, em média, oito horas diárias e recebendo um salário de \$625 réis a hora. Ora, se compararmos sua remuneração com a paga para os homens que ingressaram na vinícola nesse mesmo período, percebe-se que o pagamento para as mulheres pode ser contabilizado em menos da metade do valor pago para os trabalhadores do sexo masculino. O operário V.S, por exemplo, admitido no mesmo ano, recebia 1\$500 a hora de trabalho. O que representava em sua remuneração cerca de 58% a mais do que as mulheres recebiam no mesmo período, por seu trabalho.

Essa diferenciação salarial entre os sexos permaneceu, de forma bastante acentuada, nas décadas seguintes. Pode-se identificar que as médias dos salários ficaram distribuídas entre os sexos, na função de ‘operário-servente’, ainda apresentando uma margem de diferença bastante considerável entre elas.

## **Comparativo dos salários entre homens e mulheres na função de operário-servente-1933-1966.<sup>3</sup>**

Ano	Homens	Mulheres	Ano	Homens	Mulheres
1933	1\$000/hora		1951	CR\$ 3,22/hora	
1938	CR\$ 0,875/hora	CR\$ 0,565/hora	1952	CR\$ 3,70/hora	
1939	CR\$ 0,937/hora	CR\$ 0,565/hora	1953	CR\$ 4,30/hora	CR\$ 2,709/hora
1940	CR\$ 1,00/hora	CR\$ 0,80/hora	1954	CR\$ 5,20/hora	CR\$ 3,90/hora
1941		CR\$ 0,80/hora	1957	CR\$ 20,42/hora	CR\$ 12,08/hora
1942	CR\$ 1,10/hora	CR\$ 0,80/hora	1958	CR\$ 20,42/hora	CR\$ 12,08/hora
1943	CR\$ 1,10/hora	CR\$ 1,10/hora	1959	CR\$ 25,00/hora	CR\$ 20,42/hora
1944	CR\$ 1,50/hora	CR\$ 1,10/hora	1960	CR\$ 4.900,00/mês	
1945	CR\$ 2,00/hora	CR\$ 1,50/hora	1961	CR\$ 7.840,00/mês	
1946	CR\$ 2,712/hora	CR\$ 1,875/hora	1962	CR\$ 45,73/hora	
1947	CR\$ 2,712/hora		1963	CR\$ 75,40/hora	CR\$ 70,00/hora

<sup>3</sup> Os dados que faltam não foram encontrados nos registros dos operários.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1948	CR\$ 2,712/hora	CR\$ 1,875/hora	1964	CR\$ 75,40/hora	CR\$ 70,00/hora
1949	CR\$ 3,22/hora	CR\$ 2,00/hora	1965	CR\$ 60.000,00/mês	
1950	CR\$ 3,22/hora	CR\$ 2,00/hora	1966	CR\$ 76.500,00/mês	CR\$ 319,00/hora

Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola A.P.

Segundo os dados, constata-se que essa diferença salarial, em média, fixa-se em 26%, o que concretiza a afirmação anterior e nos mostra que na vinícola a força de trabalho masculina tem uma valorização superior a feminina em relação aos salários pagos. Porém, cabe destacar que nesse período de análise e comparação salariais ocorreram variações monetárias, por isso como parâmetro de estudo tomou-se como referência esses números como estavam registrados nas fontes documentais, não sendo realizada atualizações quanto as variações da moeda nacional.

O perfil das mulheres contratadas pela vinícola apresenta algumas particularidades que merecem ser analisadas, como, por exemplo, a que diz respeito à faixa etária dessas trabalhadoras ao ingressarem na indústria. Analisemos o quadro abaixo.

### Idade das operárias da vinícola - 1930- 1966<sup>4</sup>.

Faixa etária	Número
13 a 15 anos	19
16 a 20 anos	85
21 a 25 anos	22
26 a 30 anos	4
31 a 35 anos	5
36 a 40 anos	3
41 a 50 anos	6
mais de 50 anos	1
Total	156

Fonte: Livro de Registros dos Operários da vinícola A.P.

A situação exposta pelas informações anteriores nos remete à compreensão de que a grande maioria da mão-de-obra feminina ingressava na vinícola ainda muito jovem, na

---

<sup>4</sup> Em 31 registros de operárias, não havia data de nascimento.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

faixa etária entre os 13 a 20 anos de idade. Ao crescer a idade, o número de trabalhadoras diminuía, mantendo-se a preferência de contratação da vinícola por mulheres mais jovens e que ainda não tivessem se casado. Por meio desses dados, é possível dizer que as mulheres também optavam por entrar para o mercado de trabalho industrial quando eram mais jovens e que, posteriormente, se desligavam da vinícola quando passavam à condição de casadas, objetivando retornar às tarefas domésticas, agora em sua própria família. Embora a mulher casada e com filhos tenha passado por um processo mais lento de inserção no trabalho industrial, as mulheres solteiras sentiram, de forma precoce, essas mudanças. Como destaca Saraceno,

embora a operária de uma fábrica se tivesse tornado quase uma figura emblemática da industrialização, a verdade é que se tratava geralmente de uma jovem, não casada. As mulheres adultas casadas encontravam-se geralmente naquela a que hoje se chamaria economia informal. (SARACENO, 1997, p. 35).

Outro fator que explica esse perfil jovem da mão-de-obra feminina está ligado ao patriarcalismo, aspecto que estrutura essas famílias e a sociedade em que estão inseridas, como confirmam as conclusões anteriores.

Por vezes, entre as mulheres, ocorria também uma espécie de contrato de trabalho sazonal, ou seja, algumas operárias eram admitidas para trabalhar durante o período do ano de maior produção, entre os meses de novembro a março, momento em que, mulheres com mais idade eram contratadas. Em alguns casos, essa situação se repete por vários anos.

A presença de jovens trabalhadoras na vinícola, ao longo da primeira metade do século XX, é um fator em comum com outras indústrias da região nesse mesmo período: a Metalúrgica Abramo Eberle, em Caxias do Sul, por exemplo, tem um quadro de operárias que vai decrescendo à medida que, a sua faixa etária aumenta. Segundo Lazzarotto, “a concentração de idade, se realiza entre os 14 e 20 anos, descendo ligeiramente não somente até os 24 anos, mas até a velhice. Não existe a ascensão propalada nos 35 anos”. (1981, p. 123). Grande parte das indústrias da região nordeste do Rio Grande do Sul, no início do século passado, mantinha uma política administrativa que priorizava a inserção e contratação de mulheres jovens, para que houvesse menores

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

possibilidades de se ausentarem por problemas de saúde, ou por terem que cuidar de seus filhos.

Por fim, mas não menos importante, há o caso de viúvas e mulheres que ingressaram na fábrica ainda durante sua juventude e permaneceram até a sua aposentadoria, como é o exemplo das funcionárias C.B.C e I.E. A primeira é uma das primeiras mulheres a serem contratadas, ainda no ano de 1929. Permaneceu até o momento em que se casou, retornando, anos depois, em 1941, quando seus filhos já estavam maiores e, depois, mantendo-se no trabalho como fonte maior de renda para o sustento de sua família com o falecimento de seu marido. A segunda também ingressou na vinícola bastante jovem, com 17 anos de idade, no ano de 1942, por causa da influência de seu pai, que já trabalhava na fábrica. Como forma de obediência, a operária I.E segue os passos de seu pai, ingressando no trabalho da vinícola. Como ela mesma relatou, em virtude de não ter se casado, permaneceu trabalhando até o ano de 1974, quando pôde se aposentar. Contudo, esses dois casos não se constituem como regra, sendo a minoria dentre os que envolveram a maioria das operárias.

Neste sentido, o depoimento de uma ex-operária esclarece essa situação “...*porque ali na firma, o dono, uma coisa que ele não queria, ah, por exemplo, a moça que trabalhava lá, se ela casava ele não queria mais que ela voltasse a trabalhar. Não, porque se ela tivesse filho. Se ela quisesse trabalhar, ele fazia ela assinar um termo que o dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a sair. Ela saía. Só as solteiras. Tinha muito pouca de casada. Mas alguma de solteira que casasse e continuasse a trabalhar, ela tinha que ficar lá até o dia que ela ficasse grávida. O dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a ir embora. E ele não queria pessoa grávida lá dentro. Porque se incomodavam muito, aquele tempo lá também. Tinha que botar num serviço leve, não podia pegar qualquer coisa. Lá serviço muito, muito leve também não tinha. E o médico, aquela coisa toda. E estava sempre de atestado. Então ele evitava. Essa C.C ali, que ela tinha dois filhos, mas ela trabalhou de solteira, depois ela casou e ficou em casa. E ela teve os filhos e quando os filhos estavam criados ela voltou a trabalhar. Também nesse meio tempo ela ficou viúva. Então ela criou os filhos sozinha. Ela tinha que trabalhar pra criar os filhos...*”.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

No trecho destacado do depoimento, fica claro que, ao inserir-se no trabalho industrial, a mulher teria que se adequar às imposições e restrições que esse mercado lhe impunha. Uma delas se constituía pela condição do matrimônio e da maternidade. Ora, em uma sociedade que passava por transformações econômicas em sua forma de trabalho e obtenção da renda familiar, esse aspecto se apresentava, de certa forma, como de exclusão da mão-de-obra feminina, pois advinda de um trabalho estritamente estruturado na pequena propriedade onde a mão-de-obra do trabalho agrícola era oriunda da própria família, a condição da maternidade se fazia presente na vida dessas mulheres, em sua maioria, pois os filhos eram vistos como auxiliares na produção agrícola familiar. Da mesma forma, se apresentava o fator do matrimônio: na sociedade interiorana da década de 1930, no Rio Grande do Sul e, em especial, na região anteriormente colonizada por imigrantes italianos, o casamento acontecia muito cedo para as mulheres, visto que, de acordo com os costumes e a cultura regional, o papel a ser exercido por elas na sociedade era a de mantenedora do lar, dos cuidados domésticos e da educação dos filhos, em uma posição de auxílio para com seu marido. Segundo Bassanezzi, “a nupcialidade no Brasil, como mostram as pesquisas realizadas, está caracterizada por uma idade ao casar feminina mais precoce, o que colabora para intensificar os índices de fecundidade”. (1994, p. 383).

Essa questão da viuvez das mulheres, nesse contexto analisado, representa um aspecto de mudança nos papéis exercidos pelos sexos na família, pois a mulher que anteriormente se centrava na execução das tarefas em prol do auxílio ao marido, agora tem que assumir a administração do espaço doméstico e dos negócios da família. Segundo Giron, “submetida a condições de desigualdade de atividades e de bens, tendo sido treinada a obedecer, a mulher, ao enviuvar, deveria assumir as funções desempenhadas pelo marido, para as quais não havia sido preparada”. (1992, p. 17). Entretanto, essa realidade enfrentada por mulheres ao se tornarem viúvas não se restringiu apenas ao caso da operária, mas em outros vários casos de mulheres que, se tornaram proprietárias dos lotes de terra da família e que tiveram que gerenciar o sustento dos filhos.

Enfim, as mudanças socioeconômicas pelas quais passaram as mulheres que viveram a primeira metade do século XX, foram intensas e inúmeras. No espaço doméstico, exerciam funções secundárias, que apoiavam as decisões dos pais ou maridos.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Seu ingresso na indústria, foi resultado, em muitos casos, dessa submissão ao poder patriarcal familiar. Ao chegarem na fábrica, depararam-se com a reprodução de atitudes e posturas de poder que lembravam muito as que viviam em casa, as colocando, novamente, em uma situação de desvalorização de seu trabalho e sua posição social. Ou seja, a trajetória de vida destas mulheres operárias evidenciam que, a construção dos espaços sociais ainda são um processo em construção.

## Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína F., MORAES, Marieta (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 4ª ed., 2001.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. *Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro*. In: Anais do IX Encontro de estudos populacionais. Caxambu: 1994.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. São Paulo: Contexto, 1998.

BONI, Luis A de. (Org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

\_\_\_\_\_. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST/ Fervi, 1985.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

COSTA, Rovílio. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1999.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GIRON, Loraine Slomp. *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. *Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: UCS, 1992.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres Construtores de riqueza*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Maíra (et.al.) (orgs.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 32-51.

MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998.

PAOLI, Maria Célia. *A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil*. Tempo Social; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1992.

PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle; MARTIN-FUGIER, Anne. *Os atores*. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges. *História da vida privada- da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824- 1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil (1890/1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 1997.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história- novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa- a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 2004.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **Fontes**

Acervo particular da vinícola Armando Peterlongo.